

UMA PROPOSTA DE ANÁLISE SEMIOLINGÜÍSTICA DO CONTO O BENZEDOR DE ESPINGARDA

Raquel Lopes
Universidade Federal do Pará

- **RESUMO:** *Este trabalho é uma tentativa de aplicação do modelo de análise semiolingüística de inspiração greimasiana a uma narrativa amazônica. A partir de instrumentos oferecidos pelo referido modelo, faz-se uma leitura do conto “O Benzedor de Espingarda”, de Paulo Tarso Barros, nos três níveis de análise propostos pela teoria: o plano das estruturas elementares da significação; o plano das estruturas narrativas e o plano das estruturas da manifestação discursiva.*
- **PALAVRAS-CHAVE:** *narrativa, análise semiolingüística, estruturas, enunciação e enunciado.*
- **RESUMÉ:** *Ce travail est un essai d'application de l'analyse sémiolinguistique dans le cadre de la théorie de Greimas et J. Courtès à une narrative amazonienne. À partir des outils proposés par cette théorie, nous essayons de lire le conte O Benzedor de Espingarda, de Paulo Tarso Barros aux trois niveaux d'analyse: le niveau des structures élémentaires de la signification; le niveau des structures narratives et le niveau des structures de la manifestation discursive.*
- **MOTS CLÉS:** *narrative, analyse sémiolinguistique, structures, énonciation, énoncé.*

Este trabalho é uma temerosa tentativa de aplicação do modelo de análise semiolingüística de inspiração greimasiana a uma narrativa amazônica. O texto escolhido para estudo (O benzedor de Espingarda) foi publicado por ocasião do *I Concurso de Contos das Universidades do Norte* promovido pela Universidade Federal do Pará em 1993, no qual o referido texto foi classificado em 3º lugar. Trata-se de um exemplo típico dos numerosos e engraçados *casos* sobre “coisas”,

“porcarias”, acaso e caboclos existentes em nossa região, sobretudo nas cidades do interior, onde essas estórias são criadas, aumentadas e contadas muito sincera e espontaneamente.

Quando logo acima usamos a palavra ‘temerosa’ referindo-nos ao nosso estudo quisemos chamar atenção para o fato de que toda aplicação de modelos teóricos a objetos concretos e particulares traz à tona problemas ou dificuldades não previstos aquando da construção desses modelos, o que em vez de causar desânimo ou frustração ao analista deve levá-lo a uma reflexão a respeito do seu fazer, é o que nos sugere sabiamente J. Courtès em sua *Analyse Sémiotique du Discours* (Courtès, 1991, p. 66):

“L’autre difficulté, que soulève l’analyse sémiotique, est tout simplement celle-là même de son élaboration. Certes, il est relativement aisé de construire des modèles théoriques plus ou moins sophistiqués, qui ont leur cohérence interne, mais il advient souvent que, lorsqu’on tente de les appliquer aux objets pour lesquels, en principe, ils ont été élaborés, il se produit nombre de distorsions dues au décalage entre le système descriptif adopté et le matériau soumis à l’analyse... Il va de soi, en effet, que le dernier mot doit rester à l’objet décrit: c’est en le respectant, dans ses caractéristiques propres, que le chercheur sera amené, le cas échéant, à modifier corrélativement son type d’analyse...”

Compreendida essa sugestão e tomados os cuidados necessários, a angústia que – inevitavelmente – se apossa do jovem pesquisador que se arrisca pelos desafiadores caminhos da semiótica pode não ser tão paralisante quanto parece à primeira vista. E o primeiro cuidado diz respeito à escolha do objeto a ser analisado (a pergunta ‘o que analisar’ pode levar

dias para ser adequada e satisfatoriamente respondida, após o quê o trabalho estará apenas começando), pois mesmo sabendo que “a última palavra deve ser a do objeto descrito”, é preciso haver um mínimo de afinidades entre o modelo proposto para descrição, o material a ser descrito e o objetivo que se tem em mente ao tentar descrevê-lo.

Definido o objeto, faz-se necessário conhecê-lo bem, reconhecer-lhe as propriedades intrínsecas, respeitá-lo “em suas características próprias”, diz-nos Courtès, partir dele e para ele sempre voltar. Isso não implica recusar contribuições outras e externas, significa apenas não prescindir do próprio texto para interpretá-lo buscando fora dele as chaves para o seu entendimento, como fazem não raramente algumas abordagens psico-sociologizantes.

Parafraseando Courtès (op. cit.), podemos dizer que à semiótica não interessa a realidade ou a verdade dos fatos, apenas a sua verificação; a semiótica não se ocupa do real, mas tão somente de seus sistemas de representação, no nosso caso específico, de um simulacro do real, que é o texto narrativo. Greimas é um pouco mais enfático dizendo, a respeito de suas análises textuais, que não tem em vista “senão seres de papel”, (apud Courtès, 1991, p.55).

Aceitar como válidos tais pressupostos equivale a aceitar como hipótese de trabalho o famoso princípio de imanência saussuriano, que postula uma certa autonomia dos sistemas de representação em relação ao real, dizemos ‘certa’ porque entendemos que essa autonomia deve ser sempre relativizada, visto que a linguagem por ser uma atividade social não pode ser considerada independentemente do universo em que é produzida.

É certo que o texto que vamos analisar, embora não deixe de ser ou de se integrar em uma situação de comunicação,

não é da mesma natureza daquelas estudadas pela Pragmática ou pela Análise da Conversação, trata-se, como dissemos mais acima, apenas de um simulacro.

Feitas, embora sumariamente, essas ponderações de ordem metodológica, passemos agora ao conto *O Benzedor de Espingarda* (Barros, 1993) e, posteriormente, à sua análise, que está dividida em três planos: a) das estruturas elementares; b) das estruturas narrativas e c) das estruturas da manifestação discursiva.

O BENZEDOR DE ESPINGARDA

Um dia, por acaso, João Damasceno descobriu (e ficou pasmo) que era detentor de uma nova e possante aptidão, por sinal, metafísica: a de benzedor.

Peregrinava Damasceno pelo interior, em missão política e comercial, quando houve a tal revelação. Hospedava-se na casa de um sujeito chamado Zé Ovos, homem simples e trabalhador, dedicado aos seus cultivos. Em conversa muito séria com João Damasceno, queixou-se de um animal misterioso – provavelmente um veado – que andava invadindo e devastando suas plantações. O agricultor não compreendia o porquê do não funcionamento das armadilhas postas para aniquilar o invasor.

Seríssimo nessas horas, escutava com atenção o que lhe dizia Zé Ovos e procurava, ao mesmo tempo, resolver o problema do amigo.

- Zé, você acredita em “coisas”?

- Que “coisas”, seu João?

- Essas porcarias que mandam fazer para atrapalhar a vida, os negócios, a família?

O homem respondeu que não acreditava nem tampouco desacreditava. Mas Damasceno tentou fazê-lo compreender:

- Bem, na minha opinião isso só pode ser mau-olhado.

O caboclo, assaz sugestionável, começou a acreditar nos argumentos e suposições que lhe foram apresentados. E Damasceno, para aumentar ainda mais as convicções de Zé Ovos, prontificou-se a ajudá-lo a combater o azar que pairava sobre a armadilha. Usaria, para isso, uma oração poderosa. Solicitou ao amigo que providenciasse a espingarda e alguns galhos de vassourinhas.

Taciturno, a vítima segurou a arma enquanto a cerimônia era realizada, na presença de alguns curiosos matutos. O ritual foi breve mas deixou Zé Ovos impressionado, meio pra lá, meio pra cá. Jamais imaginara que se pudesse benzer armas.

- Seu João, eu desconhecia esse dom na sua pessoa, disse-lhe o caboclo, todo cerimonioso.

Pela boca da noite, seguindo as instruções do benzedor, a arma foi posta novamente no roçado, camuflada, benzida e num local muito provável de o animal aparecer.

Tantas da madrugada, quanto menos se esperava, ouviu-se o estrondo da espingarda. Daquela vez o bicho (um baita dum veado) não conseguira escapar da cilada. Quem não entendeu a obra foi o seu autor. Damasceno passou muito tempo matutando sobre o acontecimento e guardando, no mais íntimo do seu ser, as suas apreensões. Por aquela ele nunca esperava, pois a tal idéia de benzer a arma surgiu na hora. A patacoada teve como finalidade agradar o amigo entristecido.

Com aquele fato novo incluído no seu curriculum, subiu a dez o cartaz de João Damasceno. Daquela vez foi justamente presenteado por Zé Ovos. Ganhou, entre outras coisas, dois perus, um leitão e um paneiro de farinha.

Dois meses depois, numa bela manhã mearinzense, apareceu na porta de sua casa um senhor muito sério, trazendo consigo um jegue com as cangalhas cheias de espingardas, que era “mode seu João benzer”.

Paulo Tarso Barros

a) Das Estruturas Elementares da Significação

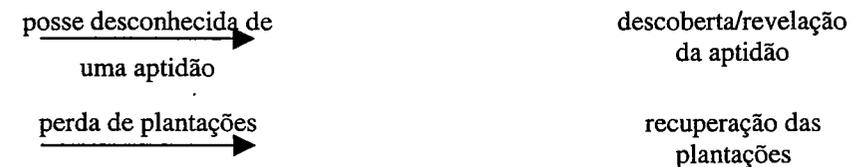
O primeiro plano de uma análise semiolinguística é o que sustenta o discurso, e está – por assim dizer – nas suas estruturas profundas; por estar distante da manifestação discursiva esse nível é menos perceptível do que os outros planos de superfície,¹ neste plano as articulações são pouco numerosas, mais simples porém mais abrangentes do que aquelas existentes nos outros planos. É aqui que se percebem as primeiras oposições de sentido a partir das quais se constrói todo um discurso e nas quais esse discurso está sustentado, em outras palavras, é aqui que se percebe, mesmo que apenas intuitivamente, o universo semântico do discurso analisado.

Em *O Benzedor de Espingarda* depreendemos a seguinte oposição semântica fundamental: o /acaso/ x a /posse desconhecida de uma possante aptidão/.

¹ “Esta distinção entre estruturas narrativas de superfície e estruturas profundas é evidentemente função de um postulado bem preciso: nós adotamos aqui um ponto de vista gerativo, segundo o qual as estruturas complexas se constituem a partir de estruturas mais simples. A semiótica nos propõe, com efeito, um percurso gerativo, no qual a significação toma como ponto de partida uma instância *ab quo*, definida por uma forma sintática e semântica elementar, depois, por um jogo de complexificações e enriquecimentos variados, chega ao nível superior das estruturas de superfície e, posteriormente, ao plano da manifestação, a instância *ad quem*, este procedimento é chamado de conversão...” (Courtès, 1991, p.137).

Relativamente à categoria tímica podemos dizer que situações eufóricas alternam-se com situações disfóricas no decorrer da narrativa: inicialmente, o S1 (Damasceno) descobre-se conjunto a uma “nova e possante aptidão”, mas para chegar a essa descoberta a história passa por uma situação de falta (para usar termos proppianos) ou disfórica, a saber, a perda das plantações por S2 (Zé Ovos), ou, a sua disjunção deste objeto.

Há um percurso realizado por S1 e outro efetuado por S2, que podem ser representados como segue:



As transformações decorrentes desses dois percursos vão tecer os fios centrais da trama e serão explicitadas na sessão seguinte.

b) Das Estruturas Narrativas

Neste plano a narrativa é considerada como uma mudança de estados, ou melhor, como uma “transformação situada entre dois estados sucessivos e diferentes” (Courtès, 1991, p.72). Cabem aqui dois breves comentários: 1) é preciso remeter essa idéia de transformação à oposição elementar entre permanência e mudança, que parece estar na sua origem; 2) essa transformação é operada por sujeitos que agem sobre o mundo, no nosso conto estes sujeitos são João Damasceno (S1) e Zé Ovos (S2).

A ação dos sujeitos é a busca de valores investidos em objetos e é a relação transitiva entre esses actantes, sujeito e

objeto, que caracteriza o enunciado elementar da sintaxe narrativa. Tal relação entre actantes, doravante função (F), pode ser de dois tipos: função junção e função transformação; a primeira está ligada ao enunciado de estado (permanência, estatismo) e a segunda, ao enunciado de fazer (mudança, dinamismo).

A junção pode ser positiva (conjunção) ou negativa (disjunção); a partir dessa dupla possibilidade conjunta podemos estabelecer o enunciado de estado conjuntivo e o enunciado de estado disjuntivo, respectivamente:

$$(S \cap O),$$

$$(S \cup O).$$

A transformação, por sua vez, permite-nos estabelecer o enunciado de fazer. É este tipo de enunciado que dá conta da passagem de um estado a outro, daí dizer-se que 'todo enunciado de fazer pressupõe dois enunciados de estado'. O fato de o enunciado de fazer orientar um enunciado de estado define o sintagma elementar da sintaxe narrativa, o programa narrativo (PN), que recobre, pelo menos, duas formas possíveis, uma indicando o estado conjuntivo esperado e a outra, o estado disjuntivo realizado, representados, respectivamente, como segue:

$$(1) \text{ PN} = F \{S2 \text{ ----} \rightarrow (S2 \cap O)\},$$

$$(2) \text{ PN} = F \{S2 \text{ ----} \rightarrow (S2 \cup O)\}.$$

O Benzedor de Espingarda começa com duas situações opostas: de um lado temos o S1, que como vimos, descobre-se conjunto a uma 'possante' aptidão (situação de euforia),

$$F \text{ junção } (S1 \cap O);$$

de outro, temos o S2, que está disjunto de suas plantações (situação de disforia),

$$F \text{ junção } (S2 \cup O).$$

A partir desses dois enunciados de estado, acontecerá uma transformação: pelo fazer de S1, S2 ficará conjunto ao seu objeto de desejo, doravante, O1. Tem-se o primeiro PN do *écrit*:

$$(1)\text{PN} = F1 \{S1 \text{ ----} \rightarrow (S2 \cap O1)\},$$

que pode ser lido assim: o sujeito Damasceno (S1) faz o sujeito Zé Ovos (S2) ficar conjunto ao objeto plantações (O1), o sujeito do fazer é Damasceno e o sujeito de estado é Zé Ovos.

Para realizar esse primeiro PN, também chamado de programa narrativo de base, porque concerne ao objetivo final, S1 teve de recorrer a um segundo PN, ou programa narrativo de uso, porque é um meio usado para alcançar o fim previsto, esse PN pode ser simbolizado como segue ²:

$$\text{PN2} = F2 \{S1 \text{ -----} \rightarrow (S1 \cap O2)\},$$

que pode ser lido assim: o sujeito do fazer (S1), ao realizar o ato de benzer a espingarda, faz com que o sujeito de estado (S2) fique conjunto do objeto 'poder'(O2); aqui o sujeito do fazer é Damasceno e o sujeito de estado é também Damasceno, o que configura um sincretismo actancial (trata-se de um fazer reflexivo).

Há entre esses dois PNs uma relação de pressuposição unilateral, o PN1 pressupõe o PN2, mas este não implica, necessariamente aquele (um sujeito não pode realizar uma ação sem que para ela esteja devidamente qualificado, mas pode estar qualificado e não realizar nunca uma ação):

$$(\text{PN2} \text{ <-----} \text{ PN1}).$$

Podemos agora formalizar o terceiro PN de nossa história (que é também um programa narrativo de uso):

$$\text{PN3} = F3 \{S1 \text{ -----} \rightarrow (S3 \cup O1)\},$$

² Reconhecemos aqui a ocorrência possível de uma série de subprogramas narrativos, passíveis de ser integrados à estrutura narrativa do texto, mas por questões de economia vamos ater-nos aos PNs principais.

que pode ser lido assim: o sujeito do fazer (S1) faz com que o sujeito veado (S3) fique disjunto do objeto plantações (O1), podemos dizer que S3 sofreu uma privação do objeto, que foi, dessa maneira, adquirido por S2. O sujeito do fazer é novamente Damasceno (S1) e o sujeito de estado é o veado (S3) (trata-se, como no PN1, de um fazer transitivo).

A ação do S1 será devidamente reconhecida pelo S2 no quarto PN:

PN4 = F4 {S2 -----> (S1 ∩ O3)},

que pode ser lido assim: o sujeito do fazer (S2) faz com que o S1 fique conjunto ao objeto 'presentes' (perus, leitão, panieiro de farinha) (O3); o sujeito do fazer é Zé Ovos e o sujeito de estado é Damasceno.

Acreditamos que esses quatro programas narrativos podem dar conta de mostrar a estrutura narrativa básica do conto que ora examinamos, mesmo que alguns aspectos importantes não tenham sido satisfatoriamente descritos, seja em função de limitações de tempo ou de dificuldades de entendimento e aplicação do modelo.

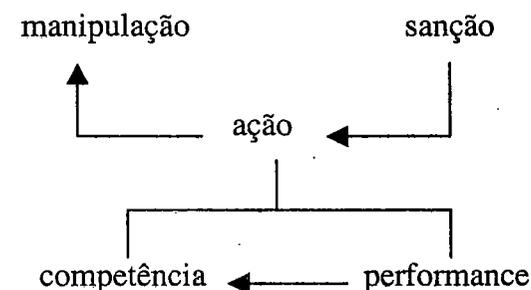
No último parágrafo do texto surge um quarto sujeito (S4), "...um senhor muito sério...", que tendo tomado conhecimento do saber-fazer do S1 vem fazer-lhe uma proposta. Aqui poder-se-ia estabelecer um novo contrato e... Seria, porém, uma outra história e nós só pretendíamos estudar esta que ora termina.

O Benzedor de Espingarda apresenta as três etapas do esquema narrativo canônico, que pode ser considerado como a sucessão de três provas: prova qualificante, prova decisiva e prova glorificante. A primeira prova é a que garante ao herói os meios para agir, diz respeito à sua qualificação e pode dar-se por aprendizagem, treinamento, iniciação, etc., a segunda prova é, de certa forma, um teste da primeira, trata-se da realização de

um feito importante, para o qual o herói precisa estar preparado; a terceira prova corresponde à coda do esquema narrativo canônico, é aqui que se situa a sanção, que é, ao mesmo tempo, retribuição e reconhecimento.

A sanção (prova glorificante) pressupõe outro sujeito além daquele que realiza a ação (prova decisiva), trata-se do sujeito que sanciona, o que julga a performance, o sujeito-destinador/julgador, por oposição ao sujeito destinatário. Este, por sua vez, só pode ser sancionado tendo-se em vista a relação contratual que o liga ao sujeito-destinador (trataremos dessa relação no texto examinado um pouco mais à frente).

Se a sanção é a etapa final do esquema narrativo, é preciso estabelecer sua fase inicial. Com efeito, a relação contratual entre destinador e destinatário é instaurada pela manipulação; é por esse processo que o destinador imputa o contrato ao destinatário. A presença, nessa relação, de dois actantes sujeitos pressupõe a existência de um terceiro actante, o objeto, que é definido por um sistema de valores, dito sistema axiológico, (que determina os valores em jogo, positiva ou negativamente), fora do qual não se pode conceber nem a manipulação, nem a sanção. Esse esquema pode ser simbolizado como segue:



Em *O Benzedor de Espingarda* a manipulação acontece na conversa entre os sujeitos 1 e 2 (Damasceno e Zé Ovos); observe-se que aqui o contrato não é imposto, mas apenas sugerido pelo destinador: é a queixa/a tristeza do S2 que mobiliza o querer-fazer do S1, mas para que este possa efetuar seu percurso narrativo, precisa ter uma competência. Essa noção pode ser entendida como o conjunto das condições necessárias para a realização da prova decisiva, é também equivalente à prova qualificante, que nada mais é senão a obtenção (pelo sujeito do fazer) dos valores modais exigidos pela realização da performance. Esses valores são o /querer/, o /dever/, o /poder/ e o /saber/ e vão incidir sobre o fazer.

Os primeiros valores (querer e dever) dizem respeito às modalidades virtualizantes e os dois últimos (poder e saber), às modalidades atualizantes, ambas pressupostas pelas modalidades realizantes (do ser e do fazer), o que nos leva a concluir que há entre elas uma organização hierárquica, visto que não estão todas no mesmo nível.

É o jogo estabelecido entre os valores modais da competência do sujeito manipulado (S1) que faz de *O Benzedor de Espingarda* uma narrativa engraçada e inteligente; observe-se que Damasceno não sabia do seu saber-fazer e nem do seu poder-fazer:

“Um dia, por acaso, João Damasceno descobriu (e ficou pasmo) que era detentor de uma nova e possante aptidão...”

Quando se propôs a ajudar o amigo, embora não tivesse a intenção de enganá-lo, estava apenas tentando distrai-lo e não imaginava que essa brincadeira pudesse ter o resultado que teve, daí o seu espanto³:

“Quem não entendeu a obra foi o seu autor... passou muito tempo matutando o acontecimento (...) por aquela ele não esperava, pois a tal idéia

³ Espanto que vai se transmutar em aquiescência ao aceitar os presentes oferecidos pelo amigo como recompensa.

de benzer a arma surgiu na hora. A patacoada teve como finalidade agradar o amigo entristecido.”

Como dissemos mais acima, este conto segue o esquema narrativo canônico, mesmo que não apresente explicitamente a prova qualificativa, pois, ao contrário do que acontece nos contos populares, nos quais o herói procura adquirir a competência necessária à sua performance, aqui o herói (sujeito manipulado) vê-se, de repente, dotado de uma competência que não procurou:

“Um dia, por acaso, João Damasceno descobriu (e ficou pasmo) que era detentor de uma nova e possante aptidão...”

É como se o sujeito do fazer (assim como as bruxas e as feiticeiras) fosse naturalmente qualificado para agir, o que nos remete à questão do sobrenatural, do maravilhoso, mas isso já é assunto para a próxima sessão.

c) Das Estruturas da Manifestação Discursiva

Uma análise semiótica, ainda que modesta como a nossa, que pretenda ver bem seu objeto (texto), não deve fugir a analisar sua manifestação discursiva, pois é a partir de traços deixados neste plano do discurso enunciado que podemos chegar à sua enunciação.⁴

Segundo Courtès (Courtès, 1991, p.248 e ss), “ (...) a enunciação é um ato, uma operação, e, como tal, é assimilável a um programa narrativo determinado que coloca em cena três actantes...” Esses três actantes são, a nosso ver, o sujeito enunciante (o enunciador), o objeto que está em circulação (corresponde ao que é enunciado) e o sujeito a quem se destina o enunciado (o enunciatário).

⁴ Não entraremos aqui em detalhes teóricos sobre enunciado e enunciação narrativos; para esclarecimentos a respeito, ver Courtès, 1989, 1991.

É importante deixar claro desde já que não se trata de pessoas ou de personagens que aparecem como tais no texto, mas de papéis apenas logicamente pressupostos e às vezes sugeridos por traços lingüísticos.

Considerando, então, enunciação e enunciado como instâncias distintas e complementares que se deixam reconstruir por traços deixados na superfície do enunciado e limitando-nos a uma análise estritamente semiolingüística, podemos procurar no nosso conto as marcas deixadas pela manipulação enunciativa.

O *Benzedor de Espingarda* permite várias leituras temáticas, ater-nos-emos àquela que nos parece mais evidente: a posse desconhecida/encoberta de uma certa aptidão 'metafísica' à qual podemos opor o acaso. Essa temática pode ser ilustrada pela passagem escolhida pelo enunciador para começar o texto.

Outra estratégia do enunciador para criar um efeito de sentido de veracidade no enunciatário é a escolha dos nomes atribuídos aos personagens, trata-se de nomes próprios bem definidos, diferentemente do narrador kafkiano, cujos personagens são referidos muito freqüentemente apenas por iniciais ou por expressões genéricas do tipo 'aquele homem', 'o médico', 'o advogado', etc.

Relativamente às categorias de espaço e de tempo, podemos dizer que são bastante imprecisas as referências; a respeito da primeira, encontramos apenas duas: "(...) pelo interior..." e "(...) na porta de sua casa". Embora pouco numerosas, essas marcas são importantes porque situam o personagem Damasceno em relação ao fato narrado e à própria narração; a primeira expressão marca o fato de o referido personagem estar fora de sua casa (logo, em casa de outro), sem o quê, provavelmente, não teria descoberto sua habilidade de benzedor; a segunda ("na porta de sua casa"), mostra o fato de já

ter voltado para casa (ao que tudo indica, na cidade), daí a oposição:

interior x cidade
rural x urbano.

As expressões de tempo aparecem em número um pouco maior do que aquelas de espaço, mas são igualmente imprecisas, exceto aquela que abre o último parágrafo do texto, "Dois meses depois..."

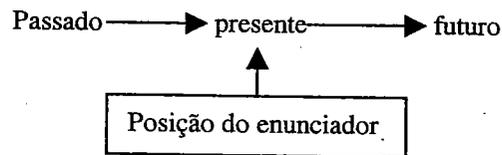
Podemos ler nessa maneira de exprimir o tempo uma tentativa do enunciador de aproximar o enunciatário do que está sendo enunciado, trazendo-o para dentro do universo em que supostamente essa história se passou, pois no interior é muito comum as pessoas se referirem ao tempo dessa forma meio vaga, meio imprecisa: "Pela boca da noite...", "Damasceno passou *muito tempo* matutando...", "Tantas da madrugada...", ou então, *quando o sol esfriar um pouco, depois do jantar, assim que a cigarra das seis cantar*, etc.

Outro recurso usado para criar a manipulação enunciativa é o que se chama em semiótica narrativa de desembreagem (em fr. *débrayage*), que consiste em negar a instância da enunciação; é essa operação de negação que permite a passagem da enunciação ao enunciado, como é pelas categorias de pessoa (eu), de espaço (aqui) e de tempo (agora) que ela se manifesta no enunciado, a desembreagem incide exatamente nessas categorias da instância enunciativa, gerando – por assim dizer – três categorias opostas: o *não eu* (ele); o *não aqui* (lá ou alhures) e o *não agora* (depois).

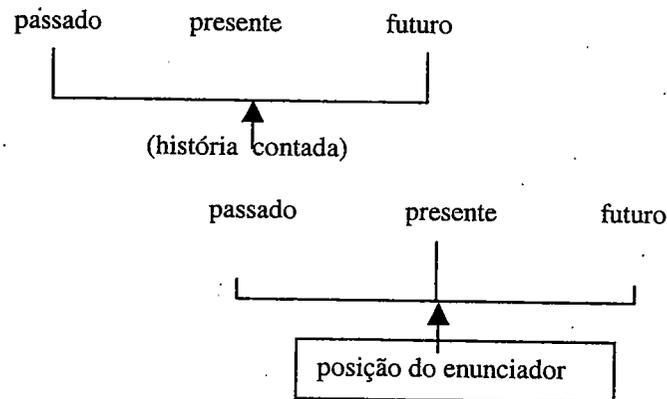
Ao lado da desembreagem, temos a embreagem (em fr. *embrayage*), que é, em termos lógicos, a negação da negação. Por esse recurso pode-se, ao menos teoricamente, voltar à instância da enunciação, recuperar-se-iam por esse processo as categorias negadas pela desembreagem. Reconhecendo que esse movimento não permite, senão parcialmente, retornar à instância

da enunciação, é preferível falar em *ilusão enunciativa*. Para ilustrar essa ilusão, Courtès cita o caso dos discursos autobiográficos, pois segundo ele, nada garante que uma certa autobiografia seja de fato verdadeira ou falsa, que o *eu* inscrito no enunciado remeta ao *eu* da enunciação.

Os procedimentos de desembreagem e embreagem, como já vimos, podem incidir na categoria de tempo, vejamos como isso se manifesta em *O Benzedor de Espingarda*. Sabemos que a desembreagem temporal enunciativa permite ao enunciador situar a narrativa seja no passado, seja no futuro e, eventualmente, no presente, nesse caso, o tempo do enunciado parece se superpor ao tempo da enunciação:



O tempo pode ser apreendido, em semiótica narrativa, como um sistema de relações entre posições temporais e essa articulação triádica também pode aplicar-se ao passado do enunciador:



Esse jogo de posições temporais é função de alguns procedimentos discursivos particulares, como o recurso ao diálogo, por exemplo, que no conto que analisamos permite passar naturalmente do discurso indireto ao direto. Independentemente da forma verbal escolhida, a temporalidade segue (em um nível mais profundo) a uma articulação lógica do tipo: concomitância x não concomitância (anterioridade x posterioridade). Aqui, trata-se de uma narrativa situada totalmente no passado, relativamente ao presente do enunciador.

Interessante notar que do ponto de vista semântico, discurso direto e discurso indireto são equivalentes, mas para criar uma efeito de referencialidade (v. *ilusão referencial*), o enunciador recorre ao diálogo, colocando os personagens em interação face a face:

- "Zé, você acredita em "coisas"?"
- Que "coisas", seu João?
- Essas porcarias que mandam fazer para atrapalhar a vida, os negócios, a família?

O homem respondeu que não acreditava nem tampouco desacreditava. Mas Damasceno tentou fazê-lo compreender:

- Bem, na minha opinião isso só pode ser mau-olhado."

Observe-se que é apenas nesse diálogo que se registra o uso de formas verbais no presente. A partir daí, alternar-se-ão formas no pretérito perfeito e imperfeito, sendo que as primeiras predominam no texto, de um total de aproximadamente 43 ocorrências (excetuando-se as chamadas formas nominais), mais ou menos 50% estão neste tempo verbal. O pretérito imperfeito foi usado em 40% dos verbos, os 10% restantes estão divididos entre formas no presente ou no futuro.

A passagem do perfeito para o imperfeito é a passagem de uma transformação categorial para uma apresentação gradual, que organiza o processo segundo seus diferentes aspectos possíveis, permitindo situar os acontecimentos narrados não somente em relação à instância da enunciação, mas também uns

em relação aos outros no próprio enunciado. Não se trata aqui da temporalidade em si, mas de sua aspectualização, uma espécie de escala que pode determinar cada uma das formas temporais. É ela que explica a relação aspectual acabado/inacabado (ou perfeito x imperfeito). Assim, em

“João Damasceno *descobriu* (e *ficou* pasmo)...” e

“*Peregrinava* Damasceno pelo interior...”

As formas verbais *descobriu e ficou* são da ordem do acabado, do conclusivo, enquanto que *peregrinava* é da ordem do inacabado, do inconclusivo; no primeiro caso, a ação é vista a partir de sua completude; no segundo, é apresentada como acontecendo, como se se estendesse até o momento em que é enunciada (v. *pontual/durativo*).

Diferentemente dos contos de fada – cujo começo é geralmente escrito no imperfeito, apresentando estados de coisas permanentes e passando em seguida ao perfeito para introduzir o narratário na seqüência dos acontecimentos – *O Benzedor de Espingarda* começa no perfeito, como se o enunciador estivesse antecipando, em forma de resumo, a história que será contada:

“Um dia, por acaso, João Damasceno *descobriu* (e *ficou* pasmo)...”

Depois dessa entrada, a narrativa passa a ser escrita no imperfeito, e agora sim, sua estrutura lembra aquela dos contos populares:

“*Peregrinava* Damasceno pelo interior...”

Essas considerações sobre tempo e espaço não têm sentido senão por sua relação com os atores, visto que é em função deles que se estabelece o jogo de posições temporais. Courtès (1991, p.265) diz que “qualquer ação narrativa, a partir do momento em que é inscrita no tempo, apresenta-se concretamente como um processo, ou seja, como o desenvolvimento de uma ação relativamente a um sujeito observador pressuposto, o enunciatário.”

Em *O Benzedor de Espingarda*, a relação que se estabelece entre enunciatário e enunciatário não é uma inocente transmissão de informações, as escolhas lexicais efetuadas podem oferecer muitas pistas da manipulação enunciativa aí presente. Começamos pelo próprio título do conto: o termo *benzedor* é, segundo o dicionário Aurélio, correlato de ‘benzedor’, termo que não é diretamente definido, mas referido como sendo o masculino de ‘benzedora’: *mulher que pretende curar doenças e anular feitiços por meio de benzeduras; bruxa, feiticeira*. A ambigüidade da expressão fica evidente se tomarmos o verbo que lhe dá origem: ‘benzer’: *fazer o sinal da cruz; abençoar*, de acordo com o mesmo dicionário (veja-se também a expressão *água benta*). São claras aqui as referências à fé cristã/católica, daí podermos formalizar a oposição padre x bruxa, este segundo elemento pertencente ao universo do demônio.

Seguindo esse mesmo raciocínio, podem ser elencados outros termos ambíguos do texto: *peregrinava, revelação, coisas/porcarias, mau olhado, azar, oração poderosa, dom, cerimônia, ritual, etc.*

Os adjetivos usados para caracterizar a aptidão de ‘benzedor’ também podem nos dizer algo: *nova, possante e metafísica* exprimem uma apreciação positiva do enunciatário, que através destes modificadores (todos de tipo eufórico) denuncia sua presença implícita. O verbo *descobriu* e o nome *revelação* parecem querer convencer o enunciatário de que, de fato, Damasceno era detentor do dom de benzer, o acaso apenas revelou isso. Se assim não fosse, o que poderia explicar seu espanto e sua surpresa tamanhos?

“Damasceno passou muito tempo matutando sobre o acontecimento e guardando, no mais íntimo do seu ser, as suas apreensões. Por aquela ele nunca esperava ...”

Essa apresentação do estado de alma em que ficou o personagem leva o enunciatário a percebê-lo como verdadeiro, pois se tivesse sido obra do acaso, mera coincidência, e não a *revelação* de um dom, o acontecimento não teria deixado Damasceno tão apreensivo. Para criar esse efeito de sentido, transferem-se para o plano do enunciado muitas 'provas', muitas evidências de veracidade, dentre as quais, a sanção positiva efetuada pelo sujeito manipulador em direção ao sujeito manipulado. Este recebe como contrapartida de sua ação, conforme o contrato prévio que o instaurou como sujeito do fazer e que o liga ao sujeito destinador/julgador, a recompensa, figurativizada no texto pelas expressões *dois perus, um leitão e um paneiro de farinha*.

Lembre-mo-nos de que (este é outro fato que sustenta nossa proposta de leitura) a manipulação enunciativa e a sanção só têm existência no quadro de um sistema de valores com vistas ao qual o sujeito julgador realiza um julgamento epistêmico sobre a conformidade ou não conformidade da performance, relativamente à relação contratual que o liga ao sujeito julgado, que, por sua vez, pode ou não aceitar esse julgamento, se aceita é porque comunga desse sistema axiológico. No caso do nosso conto, Damasceno teria aceitado a sanção que sofreu se não acreditasse ser mesmo detentor da aptidão de benzedor?

Ainda a respeito da sanção sofrida por Damasceno, um breve comentário de natureza mais antropológica que propriamente lingüística: nas cidades do interior da Amazônia é muito comum as pessoas retribuírem um favor oferecendo frutas, animais, farinha, etc., talvez essa seja a forma mais sincera de o caboclo amazônico demonstrar seu agradecimento e gratidão profundos, daí porque:

"Daquela vez (Damasceno) foi justamente presenteado por Zé Ovos. Ganhou, entre outras coisas, dois perus, um leitão e um paneiro de farinha."

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Paulo Tarso. O Benzedor de Espingarda. In : *13 Contistas da Amazônia*. Belém: EDUFPA, 1993. p.19-22.

COURTÈS, Joseph. *Introdução à semiótica narrativa e discursiva*. Tradução de Norma Backes TASCA. Coimbra: Almedina, 1989.

_____. *Analyse sémiotique du discours*. Paris : Hachette, 1991.